

O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934)

Maria Ligia Coelho Prado

Departamento de História - FFLCH/USP

O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934) tem sido interpretado por muitos historiadores e cientistas sociais como o partido representante dos interesses das classes médias. Em nossa pesquisa sobre o P.D. (1) procuramos demonstrar que o partido respondeu fundamentalmente a interesses muito definidos da classe dominante. Isto não significa afirmar, evidentemente, que o partido estivesse composto *apenas* ou *majoritariamente* por membros da classe dominante. Estes concentravam-se no Diretório Central do partido, órgão decisório a respeito de suas diretrizes básicas.

É indubitável que as classes médias responderam à proposta político-ideológica da agremiação com sua adesão em número significativo; por outro lado, assistiu-se, ainda, à entrada de um pequeno contingente de membros das classes populares.

Trabalhos recentes preocupados em identificar os interesses sociais representados no nível do partido, utilizaram-se, principalmente, para responder a essa questão, de um método puramente estatístico, através da quantificação das profissões contidas na lista das 600 assinaturas das adesões ao manifesto inicial do P.D.. Maria Cecília Forjaz (2) chegou a trabalhar com uma amostragem dentre as cinquenta mil primeiras adesões ao partido. Em nosso trabalho, entendemos não ser rigorosamente conclusivo este tipo de

(1) — Este artigo é uma adaptação de uma parte do primeiro capítulo de minha tese de doutoramento *A Democracia Ilustrada. São Paulo 1926-1934*, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em setembro de 1982.

(2) — Forjaz, Maria Cecília Spina, *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Livraria Editora Polis Ltda., 1978.

procedimento estatístico, ainda que, irrecusavelmente, contribua para fornecer valiosos elementos para encaminhar uma resposta para o problema da relação partidos políticos/classes sociais. Parece-nos fundamental cercar esses dados com outras análises que dêem conta, por exemplo, da questão da democracia interna da agremiação, das relações que se estabeleceram entre o Diretório Central e os Diretórios Municipais, das propostas de suas diversas Comissões Técnicas, das proposições aos Congressos e, mais ainda, da inserção do partido nas lutas políticas, sociais e ideológicas e suas respostas à conjuntura.

Neste artigo, entretanto, deter-nos-emos, apenas, na análise de algumas formas pelas quais se deu a adesão ao P.D., por parte de alguns setores sociais. Começemos pelas classes médias.

O partido não teria condições de subsistir apenas pela vontade de seus fundadores e pelas primeiras manifestações de solidariedade ao manifesto. Precisava crescer. Para tanto, tornava-se imprescindível que oferecesse uma plataforma de idéias e ações que despertasse o interesse dos descontentes para que entrassem e batalhassem pelas causas da agremiação.

Assim, foram enviados grupos de oradores incumbidos de fazer propaganda do novo partido pelo interior e também na capital; de fato atingiu-se o número de 20.000 adesões em três meses (3). Em fins de 1926, chegou-se perto de 50.000 nomes (4).

Todavia, permanece uma indagação: por que teriam certos indivíduos — médicos, farmacêuticos, comerciantes, funcionários públicos — entrado para o partido de oposição? Por que o partido surgia como único canal possível de participação política a grupos descontentes com a situação? Ou por que havia nesse discurso democratizante alguns apelos que se adequavam às aspirações desses grupos? Para responder a esse problemas apresentamos algumas das circunstâncias em que se deu o apoio ao Partido Democrático.

Tomando como documentos básicos a correspondência existente entre os Diretórios Municipais (D.M.) e o Diretório Central (D.C.), temos alguns elementos para responder a essa questão.

Por exemplo, um grupo de cidadãos de Cravinhos, em carta de 13 de maio de 1926, ao manifestar sua solidariedade aos fundadores do partido,

(3) — O signatário punha seu nome numa lista que era depois publicada nos jornais paulistas; mas isto não o qualificava como eleitor democrático, mas sim como simples simpatizante.

(4) — Cf. Ata do III Congresso de 03/12/1927. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (A.I.H.G.S.P.), Livro de atas n.º 6 do Arquivo do Partido Democrático (A.P.D.).

afirmava que “estavam dispostos a todos os sacrifícios para salvarem o Brasil dos dias tenebrosos que talvez lhe estejam reservados, dispostos a introduzir em nosso país a verdadeira Democracia, dando um golpe de morte nas oligarquias de tão perniciosos efeitos” (5).

Esta oposição entre democracia e oligarquia surgia como uma constante nas declarações dos que entravam para o partido; ao lado dessa dicotomia, aparecia também a idéia de que a democracia era capaz de “salvar” o país.

Continuavam os mesmos missivistas indicando que o partido dominante não consultava os interesses do “povo”. Este era invocado como aquele que dava legitimidade ao partido. Acreditando que o Partido Democrático viria remodelar nossos costumes políticos afirmavam: “Certos de que o povo, nesta hora adiantada da História e da Civilização, não pode ficar por mais tempo indiferente aos negócios públicos, no marasmo em que se encontra, afastado dos problemas mais palpitantes que agitam a nossa Pátria, e que como soberano que é, deve ser cioso de sua liberdade, fazendo ouvir a sua voz, resolvem ingressar nas fileiras desse Partido, como sendo o intérprete das aspirações democráticas prometendo-lhe o seu franco e incondicional apoio e sua inteira solidariedade” (6).

Os “novos democráticos” outorgavam seu incondicional apoio ao partido, na medida em que este seria capaz de trazer finalmente ao Brasil a “verdadeira” democracia, de combater todos os males políticos produtos da oligarquia e, mais que tudo, de fazer com que o “povo” confiante fizesse valer sua força e se integrasse no partido tradutor das suas aspirações.

Outros se faziam ouvir através de cartas, afirmando que “entusiasmos com a patriótica idéia de formação do ‘Partido Democrático’, aplaudimo-lo ardorosamente. Só assim os vendilhões do templo serão corrigidos, só assim a República poderá ser republicanizada!” (7).

O que, na verdade, significava republicanizar a República? Pura retórica? Talvez, mas, novamente a ênfase aqui estava na moralização dos costumes que parece ser a fórmula pronta para se atingir os “ideais” republicanos. A República havia sido desvirtuada e, ao Partido Democrático, cabia a missão de recolocá-la no caminho da virtude.

De Birigui explicava o democrático porque queria entrar para o partido e qual o seu significado: “(. . .) Confiante, ainda, em dias mais promissores à estremecida Pátria, pelo alevantamento da dignidade e do Caráter Nacional, pela energia inquebrantável e envergadura cívica dos seus filhos,

(5) — Carta de Cravinhos de 13/05/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(6) — Carta de Cravinhos de 13/05/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(7) — Carta de Botucatu de 28/03/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

cujo exemplo alviçareiro e nobre acaba de demonstrar um pugilo de patriócos que, deixando a placidez das posições vantajosas, facilmente conseguidas no pactuar com os desmandos dos potentados hodiernos, levantam uníssonos e destemidos a bandeira de combate aos costumes despóticos daqueles que até hoje só tem faltado às promessas de bem servir a Pátria que lhes serviu de berço ”(8).

O autor da carta salientava a “coragem” dos fundadores do partido que, segundo ele, poderiam compactuar com o poder e assim auferir grandes regalias, mas que preferiram outro caminho: difícil, mas muito mais digno.

As manifestações de adesão ao partido se sucediam, com justificativas próximas às já apresentadas. O cidadão de Conceição de Monte Alegre, afirmando que “também neste recanto sertanejo há brasileiros”, aderiu ao partido pois ainda sonhava com “a libertação de nossa Pátria espesinhada pela politicalha”; terminava a carta com a saudação “Liberdade e Fraternidade” (9).

Este outro se confessa favorável a um “partido que se organiza para pugnar pela elevação moral, industrial, comercial e financeira da pátria brasileira” (10). Aquele declarava ter a honra de “fazer parte e defender a sua bandeira — símbolo perfeito do progresso e glória do nosso futuro” e que acreditava que o Partido Democrático lutaria “em favor e pela proteção da liberdade dos eleitores Brasileiros” (11). Havia ainda quem pensasse que “esse partido trabalhará para que cessem os excessos do poder executivo, livrando-nos do amordaçamento da imprensa por uma lei vexatória e que aberra todos os princípios de liberdade; do espantinho do estado de sítio permanente que tanto nos vexa e deprime; de uma revisão constitucional em um período tão inoportuno e anormal” (12).

Essas cartas, tomadas como exemplo, entre outras, eram a expressão de um descontentamento real com a situação política, por parte de setores. Não eram tratados também problemas referentes a questões econômicas e das classes médias. Expressavam uma ânsia reformista clara, com uma ênfase particular nas questões políticas e morais. Não se encontraram referências nessas cartas à situação social dos trabalhadores urbanos e rurais, às suas ligações com o capital estrangeiro. Esses temas não tocavam de perto certos setores das classes médias. As constantes invocações a conceitos como democracia e liberdade indicavam que o ideário liberal burguês

(8) — Carta de Birigui de 07/04/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(9) — Carta de Conceição de Monte Alegre de 13/05/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(10) — Carta de Bauru de 30/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(11) — Carta de Bragança de 28/08/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(12) — Carta de Cravinhos de 13/05/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

estava presente em seu universo. A reafirmação dos valores republicanos e democráticos mostravam que a confiança no regime permanecia intocada e fora fortemente interiorizada por esses segmentos das classes médias.

Todavia o “povo”, tantas vezes citado, se constituía numa vaga entidade, que não tomava corpo, que não se transformava no operário, no trabalhador braçal ou no humilde funcionário público.

Em suma, afirmamos que estes setores das classes médias ingressavam espontaneamente nas fileiras da agremiação, por se constituir esta no único canal político de participação; ao lado disso, o ideário democrático-burguês — ainda que não fosse um discurso inovador — ressurgia como bandeira reformista e moralizadora. Esses cidadãos acreditavam que a única resposta aos problemas do Brasil era a democracia, ideal demiúrgico, que tudo redimiria e tudo faria florescer.

Havia, ainda, outra forma mais eficaz, em verdade, de arregimentação política que se dava através dos “coronéis”. A técnica do voto de “cabresto” e da arregimentação arbitrária, praticados pelo Partido Republicano Paulista se constituíram num dos pontos mais criticados pelos opositores democráticos. Pareciam-lhes as mais sórdidas; todavia o P.D. fez uso constante dessas práticas. Já, desde o início, podemos tomar exemplos de figuras atuantes no partido, como Paulo de Moraes Barros ou Antônio Carlos de Abreu Sodré que se manifestavam a respeito. Moraes Barros, depois de declarar numa carta sua alegria com o apoio em Jaguari de “um elemento de primeira ordem”, fazendeiro rico e inteligente, disposto a trabalhar nas eleições, afirmava que em Mogi-Mirim a situação era de expectativa, pois as duas facções locais do P.R.P. estavam em desavença. Dessa luta local, poderia ocorrer o rompimento de uma delas com a Comissão Diretora do P.R.P. e, a partir daí, Moraes Barros acreditava na possibilidade da adesão ao P.D., da facção desprestigiada pelos altos escalões do partido da situação: “se for a do Chico Venâncio, tanto melhor, porque poderá nos render uns 1.000 votos a mais” (13).

Numa outra carta de Cafelândia, o missivista solicitava aos membros do Diretório Central do partido “a intervenção de V. Excias. junto ao nosso ilustre e prestigioso correligionário Dr. Paulo de Moraes Barros, no sentido de ser facilitada pelos srs. administradores das fazendas (de propriedade da família) ‘Chantbled’, ‘Cambará’, ‘Conde Queirolo’ e ‘Santa Maria’ todas deste município, a ação dos nossos emissários encarregados da qualificação dos cidadãos alistáveis ali residentes” (14).

Abreu Sodré também indicava a possível formação de um Diretório Municipal em Itatinga, a partir de uma luta interna do Partido Republicano

(13) — Carta de Mogi-Mirim de 21/01/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(14) — Carta de Cafelândia de 06/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

Paulista; os que se tinham desentendido com o “chefe” local passariam para o Partido Democrático. E, mais adiante, dizia: “Quanto aos diretórios do Bofete e Anhembi entendo que será de mais vantagens aguardarmos as vésperas de um pleito. É uma caboclada atrasada e deve ser colhida no ‘sufragante’ se não arrepiá carreira” (15).

Esses exemplos indicam de forma límpida uma segunda fórmula de arregimentação de eleitores, isto é, a arregimentação dos colonos através de seus patrões. Na carta de Cafelândia, está entendido que a “facilitação” de trabalho dos emissários do Partido Democrático significava que aqueles que trabalhavam sob as ordens dos Moraes Barros só poderiam votar em um partido, o partido de seus patrões. Não se pensava em politizar esses trabalhadores, em apresentar-lhes a bandeira do partido; com essa “caboclada” só pegando no “sufragante”, como dizia Abreu Sodré. Assim, a perspectiva de membros representativos do partido era a de que a arregimentação se devia fazer a qualquer preço ou custo. Não era fundamental que ao formar-se um diretório ou conseguir-se eleitores, tivessem que se valer de recentes ex-perrepistas. Uma luta política local envolvendo quase sempre interesses pessoais poderia ser a “causa justa” da entrada de novos correligionários no recém-criado partido, que se pretendia uma “agremiação de idéias”, regeneradora dos velhos e criticáveis costumes perrepistas.

No momento das urnas, tudo era permitido, até mesmo o voto de cabresto, ainda que o partido afirmasse lutar essencialmente contra ele. Assim, ao lado daqueles que entravam para o Partido Democrático crendo numa renovação política, votavam pelo Partido Democrático os mesmos colonos, os mesmos trabalhadores, os mesmos seguidores de “coronéis”, com uma diferença: votavam na oposição.

Outros exemplos podem constatar a mesma realidade; como a do fazendeiro de Botucatu que pôs à disposição do partido “o meu fraco voto e de mais alguns amigos meus colonos” (16). Leia-se onde está “amigos meus colonos”, *empregados* meus colonos.

Os líderes do partido se preocuparam, em especial, com a adesão, no interior, de fazendeiros importantes, porque assim tinham garantido um número razoável de seguidores. Um “coronel” nunca vinha sozinho, daí a insistência, por exemplo, em Brotas de se “conseguir que o Cel. João Modesto faça parte da comissão do partido”; os demais democráticos pensavam em ir em comissão à fazenda do Coronel e “dizer-lhe ser ele em caso de recusa, o responsável pela não organização do partido” (17).

Este também parece-nos um caso exemplar: o Diretório Central do

(15) — Carta de Botucatu de 17/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(16) — Carta de Botucatu de 09/04/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(17) — Carta de Brotas de 24/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

Partido Democrático escrevia ao Coronel Luís Gonzaga da Costa Barros, de Ibitinga, em 1928, solicitando que ele continuasse na presidência do Diretório, ainda que mudasse de cidade, já que “os membros daquele diretório renunciaram aos cargos que ocupam, por não se acharem devidamente preparados para a continuação da campanha, em face do seu afastamento do diretório” (18). Mais uma vez, tornava-se evidente o significativo papel que os “coronéis” desempenharam por todo o interior na formação dos núcleos do Partido Democrático e na arregimentação dos eleitores.

* * *

Entravam para o partido, também, muitos imigrantes. As listas com os nomes dos membros dos diretórios estavam repletas de sobrenomes estrangeiros, especialmente italianos. Há exemplos diversos de estrangeiros que escreviam ao Diretório Central pedindo, por exemplo, que “V.S. me guie pelo melhor modo possível para poder conseguir a minha qualificação que eu quero ser eleitor Democrático”, pois dizia que nunca pudera conseguir a qualificação pois “eu sou natural da Itália e já resido no Brasil há 41 anos e eu não conheço outra Pátria a não ser esta e também tenho seis filhos que amanhã serão seis Democráticos” (19). Ou, ainda, de um grupo “de colonos, comerciantes e industriais letos que ainda residam numa localidade obscura (Nova Odessa), interessam-se vivamente pelos interesses nacionais, que consideram como próprios sendo duma pátria que adotaram”. Solicitavam sua naturalização e sua entrada para o Partido Democrático que julgavam ser um partido que “tem por fim obstar a continuação dos desmandos, das arbitrariedades e dos desmazelos da administração” e confessavam-se solidários a “todo e qualquer ideal de reforma administrativa, que se assente sobre os princípios da moral, da justiça e da verdadeira democracia” (20).

Abreu Sodré, quando escrevia sobre a formação do diretório de Itatinga, afirmava: “Já recebemos a adesão de dois ótimos elementos: um filho e outro genro dos dois maiores capitalistas da terra e homens de real prestígio. . . e que são Mário Prestes Villas Boas, genro de Fortunato Geannonni, e Rezieri di Piero, filho de Pedro di Piero” (21).

Outro correspondente de Sertãozinho se rejubilava com a conversa com “Antônio Matheus Benelli, brasileiro e fazendeiro em nosso município,

(18) — Carta de São Paulo para Ibitinga de 25/08/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 52 do A.P.D.

(19) — Carta de Mirassol de 19/08/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

(20) — Carta de Nova Odessa de 10/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(21) — Carta de Botucatu de 29/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

que é muito simpático à nossa causa, dispõe de regular prestígio, muito especialmente na colônia italiana por ser descendente dela” (22).

Houve um episódio na cidade de Tietê envolvendo um filho de imigrantes, membro do Partido Democrático, que merece ser lembrado. Luís Giovanetti do diretório local do partido foi preso em sua cidade, no dia 13 de fevereiro de 1930 e enviado para a cadeia do Cambuci, onde permaneceu por nove dias incomunicável, sem que ninguém soubesse ao certo de seu paradeiro.

O fato teve muita repercussão, recebendo o Partido Republicano Paulista e o governo acerbas críticas por parte dos opositoristas em geral. Em Tietê, os democráticos manifestaram-se seguidamente contra o arbítrio policial; o jornal local, *O Democrata*, num artigo assinado por Octávio da Costa Carvalho inquiria: “Como poderá a colônia italiana, ferida em seus bríos por esse inominável atentado, votar com o Partido Republicano Paulista, cujos chefes só conhecem a força, desprezando o direito, usando da violência para torcer os caracteres, utilizando-se de uma autoridade esquecida de seus deveres para oprimir homens que pertencem ao seu seio, e que nenhum crime cometeram?” (23).

Parece claro que da parte dos imigrantes, ou filhos de imigrantes, houve adesões ao partido e da parte da cúpula do Partido Democrático, simpatia por qualquer possível eleitor, independente de sua origem. Obviamente, isto não significava que fossem todos, Diretório Central e Diretórios Municipais simpáticos irrestritamente aos estrangeiros. O preconceito se manifestava de forma variada; muitas vezes, o xenofobismo era oportunista, como na citação mais uma vez de Abreu Sodré: “vamos aproveitar a circunstância do chefe (do Partido Republicano Paulista) ser um italiano indesejável e breve assentaremos um diretório às direitas” (24). Ou ainda de um missivista de Buri, que não aceitou o convite para fazer parte do Diretório Provisório da cidade, porque ele estava sendo organizado por estrangeiros que enviaram à sua casa uma comissão de três elementos: um italiano, um sírio e um polaco. O autor da carta estava indeciso, pois para ele “o estrangeiro, ainda que seja naturalizado e resida em nosso país há muitos anos, sempre é estrangeiro” (25); assim, um diretório organizado por “estrangeiros” não seria, na sua perspectiva, a melhor fórmula para o assentamento do Partido Democrático na sua localidade.

(22) — Carta de Sertãozinho de 20/02/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

(23) — *O Democrata*, de Tietê, de 20/02/1930; ver também *Diário Nacional* de 23/02/1930 e *O ESP* de 23/02/1930.

(24) — Carta de Botucatu de 21/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(25) — Carta de Buri de 10/08/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

Mas poderia esse xenofobismo ser entendido como uma característica marcante do Partido Democrático, em oposição ao cosmopolitismo do Partido Republicano Paulista, como quer um historiador do período? (26).

Na nossa perspectiva, o xenofobismo impregnava o universo ideológico da classe dominante, independentemente de correntes partidárias. O estrangeiro estava identificado ao imigrante que vinha para o Brasil na condição de trabalhador rural ou operário urbano. O lugar, pois, de classe dominada, de subordinação aos imperativos da classe proprietária, transformava o imigrante, na ótica dominante, num ser subalterno e inferior. O estigma de estrangeiro passava a caracterizar o imigrante, acusado de não possuir “espírito cívico”, nem sentimentos nacionais.

Outro ponto básico a ser apontado consiste na íntima ligação entre estrangeiro — de forma particular o italiano e o espanhol — e o socialismo e o anarquismo, considerados, na ideologia dominante, como “idéias estranhas” ao “caráter nacional”. Idéias estas que viriam destruir a “harmonia” da família brasileira, jogar os pobres contra os ricos e “implantar” entre nós a luta de classes. Em consequência, o estrangeiro — imigrante, ocupando o lugar de classe dominada, transmutava-se em contestador das estruturas vigentes, tendo que suportar os ardores xenófobos da classe dominante. O imigrante tinha, assim, duas faces: a primeira, como mão-de-obra inferior e subalterna mas necessária ao trabalho e, a outra, como inimigo perigoso, pronto a quebrar os padrões sociais em vigor.

As manifestações xenófobas por parte dos democráticos, apreendidas no nível do discurso, devem ser compreendidas como mais um elemento da luta política. Uma denúncia contra o Partido Republicano Paulista envolvendo nomes estrangeiros, utilizava o xenofobismo como ataque político ao inimigo situacionista; o anti-estrangeirismo era manipulado, assim, politicamente, pelos membros do Partido Democrático.

As ligações políticas entre o Partido Republicano Paulista e os imigrantes se efetuavam através de pressões, ameaças ou mesmo da cooptação; o Partido Republicano Paulista transformava o voto de seu empregado estrangeiro em voto de “cabresto”. Na ótica do partido oposicionista, o imigrante estava moldado ao situacionismo e afinado com suas práticas condenáveis. A atuação política do imigrante despontava desqualificadamente como anti-cívica e, mesmo, anti-nacional. Evidentemente, nestes argumentos, não se levava em conta a própria situação do trabalhador recém-chegado ao Brasil, inteiramente à mercê de seu novo patrão, muitas vezes, ainda afeito às práticas escravistas, em especial no início da imigração.

(26) — Cf. Fausto, Boris, *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1970, pp. 33-34.

Portanto, o imigrante não era bem visto, de modo particular pela oposição, pois aparecia como sujeito de duas situações opostas indesejadas: ora punha em risco as estruturas vigentes, lutando por sua derrubada, ora sucumbia inteiramente à vontade imperiosa do perrepismo. O Partido Democrático colocava-se exatamente como alternativa intermediária: reformar-se, sem alterações substantivas, a ordem burguesa.

Também entre os perrepistas podem ser captadas manifestações ideológicas em que o estrangeiro despontava negativamente. Renato Jardim, em seu libelo contra o Partido Democrático, assumia posição contrária com relação ao partido, identificando os estrangeiros com os democráticos. Ainda desta vez, a crítica ao adversário político passava pelo estrangeiro que era visto como o *outro*, com a *negação* do brasileiro perrepista. Dito de outra maneira, a xenofobia perpassava a crítica política feita contra o partido inimigo. Nas suas verberações contra os democráticos — acusados de praticarem arbitrariedades policiais vitimando os perrepistas — dizia Jardim: “Aqui é encarcerado e maltratado um pobre diabo para que diga onde se oculta o Major Luís Fonseca. . . No interior do Estado, *um sírio, banqueiro do ‘bicho’*, chefe agora *democrático*, recolhe ao xadrez, em comum com criminosos, o chefe político local, distinto e humanitário clínico”. Em outra passagem, o autor afirmava: “Em raros municípios tinha o partido democrático qualquer organização. Onde esta falhava um *descontente qualquer*, freqüentemente, um perseguido da polícia, não raro um *‘bicheiro’*, brasileiro, *italiano*, ou *turco*, e dele fazia-se a autoridade da terra” (27).

A nosso ver, a xenofobia estava disseminada no universo da classe dominante; uma incidência mais marcada desse traço, nos discursos dos líderes democráticos, deve ser atribuída à utilização da xenofobia como arma ideológica e política no combate ao Partido Republicano Paulista. O “cosmopolitismo” imputado ao Partido Republicano Paulista (pelos historiadores) deve ser visto como a capacidade política que o partido demonstrava de absorver e manipular o voto imigrante.

Assim, vale ressaltar que a adesão ao Partido Democrático de eleitores estrangeiros naturalizados, ou com intenção de naturalizar-se foi significativa. O Diretório Central não obistou o reconhecimento da direção dos Diretórios Municipais por serem compostos por homens com sobrenomes estrangeiros. O interesse destes, pelo partido, especialmente no interior, foi bastante ponderável.

Em suma, procuramos demonstrar que houve apoio efetivo ao Partido Democrático por parte de membros das classes médias brasileiras, natos ou imigrantes; além disso, no interior, os colonos ou assalariados depen-

(27) — Jardim, Renato, *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. s/d., p. 170.

dentes de fazendeiros participaram da cena política, ao lado da oposição, mas sem o esclarecimento político devido. Seus votos foram tão “encabrestados” quanto os votos do tão criticado Partido Republicano Paulista.

* * *

Por outro lado, muitas são as cartas também daqueles que se consideravam solidários com o Partido Democrático, irmanados na mesma causa, mas que declinavam da possibilidade de fazer parte do diretório, ou de se filiar ao partido, por motivos de prováveis futuras perseguições. Entre outros, citemos o exemplo daquele que escrevia ao Diretório Central pedindo “a inclusão do sr. Genésio Guimarães, fazendeiro. . . em lugar de Orpheu Gianazzi, comerciante, por quanto tem pouco prestígio político e receia ver exonerada sua exma. esposa do cargo de professora do grupo escolar local e, assim acha-se arrependido de ter consentido a inserção do seu nome na chapa eleita” (28). Ou de outro cidadão que era “democrata fervoroso, mas a sua situação de negociante impede-o de por em prática os seus ideais” (29). Também o do farmacêutico de Ariranha que tinha a “máxima satisfação em vos informar o quanto me é simpática a causa do Partido Democrático”, mas que não podia participar do diretório, nem mesmo do partido, porque receava que “minha sra. venha sofrer remoções e perseguições injustas pelos seus superiores” (30). Estes eram alguns, entre muitos exemplos, das dificuldades enfrentadas pelo partido para conseguir se firmar como tal, e de fazer oposição ao sistema político vigente.

Ao lado desses democratas “de coração”, mas temerosos de uma ação política coerente com suas convicções, reportemo-nos a outros casos relatados ao Diretório Central, específicos nas suas circunstâncias particulares, mas que apresentavam como denominador comum convicções não muito bem firmadas. Apresentemos aqui o episódio de um membro do Diretório Municipal de Tanabi, que depois de se embriagar e ser salvo da prisão pelo prefeito perrepista, conhecido pelas suas perseguições aos democráticos locais, aderiu no dia seguinte ao Partido Republicano Paulista com banda de música e estourar de foguetes (31). Ainda, a missiva do presidente da Comissão Provisória do Partido Democrático de Mogi das Cruzes que, em 1926, lamentava a dificuldade de arregimentação na cidade porque “temos contra nós aqui, as obras da Repartição de Água no Rio Claro, . . . que tem prejudicado o nosso trabalho. Elementos que contávamos, bandearam-se para o situacionismo a troca de empreitadas nas referidas obras” (32).

(28) — Carta de Bebedouro de 23/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(29) — Carta de Redenção de 23/12/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

(30) — Carta de Ariranha de 03/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(31) — Carta de Tanabi de 13/02/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

(32) — Carta de Mogi das Cruzes de 02/11/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

Há inúmeros testemunhos daqueles que tentavam organizar o diretório do Partido Democrático, sem êxito. Por exemplo, em Nazareth, o missivista aflito declarava “que não há meio de eu organizar as pessoas para o Diretório, só pude obter 3 pessoas” (33). Em Piedade, o correligionário afirmava que “infelizmente e muito nos magoa esta confissão, . . . estamos numa situação precária; os nossos companheiros são poucos, embora inquebrantáveis e fiéis ao nosso ideal e não dispomos de elementos pecuniários para lutar” (34). Há uma carta de Santo Amaro em que o autor lamentava, em 2 de março de 1928, que a “posição do Partido Democrático, aqui, era precaríssima (desde outubro de 1927) devido ao fato de todos os políticos, todas as pessoas que de qualquer forma pudessem influir no ânimo dos eleitores, acompanharem, por um motivo ou por outro, a facção perre-pista”. Continuava a carta, declarando que o Partido Democrático tinha atraído simpatizantes à sua plataforma, mas que eram todas pessoas inexpressivas, que não atuavam em favor do partido; outros estavam dispostos a fazer alguma coisa” com a condição de obter imediatamente um rendoso emprego”. Lembrando que “nenhum dos membros tem tradição política na terra” ele assim justificava as dificuldades enfrentadas pelo partido para se organizar e manter (35). Em Mogi-Guaçu, o correligionário escrevia no Diretório Central que a cidade “inflamou-se pela adesão de seu eleitorado independente”, mas terminava dizendo que esperava “o bom acolhimento do nosso diminuto número de aderentes” (36). Em Altinópolis, também o missivista avisava “que não acanhemos em apresentar limitadíssimo número de aderentes e de votos” (37).

Em suma, o partido enfrentou extremas dificuldades para se organizar e se manter nas diversas cidades do interior. Onde havia homens fortes, isto é, ricos fazendeiros ou outros elementos influentes que com sua presença marcavam o diretório e congregavam em torno de si, espontânea ou obrigatoriamente em bom número de leais seguidores, o partido conseguiu alguns bons resultados. No entanto, onde o partido devia se organizar, crescer e se manter às custas de membros das classes médias, houve extraordinários obstáculos para se implantar e consolidar a agremiação.

Outro importante argumento empregado pelos democráticos para mostrar seus percalços na luta pela sua organização consistia na proclamada “inconsciência” política do “povo”. Setores das classes médias advogavam que a propapanga dos “ideais” do partido era o meio mais eficaz para angariar adesões; mas, ao mesmo tempo, também ressaltavam a pequena eficácia dessa propaganda, pois não acreditavam que o “povo” estivesse

(33) — Carta de Nazareth de 15/10/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

(34) — Carta de Piedade de 16/08/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

(35) — Carta de Santo Amaro de 02/03/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

(36) — Carta de Mogi-Guaçu de 28/04/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

(37) — Carta de Altinópolis de 07/12/1926. A.I.H.G.S.P., pacote 33 do A.P.D.

à altura para compreendê-la, absorvê-la e segui-la. Assim, o missivista de Piedade afirmava que, ainda que o Partido Democrático estivesse fazendo “uma campanha formidável contra os desmandos das administrações públicas, criticando severamente os homens do governismo e a sua má orientação”, “o perrepismo local se faz ouvidos de mercador. E o povo propriamente dito, V.Sa. sabe o que é, é sugestionável...” (38). Outro político de Redenção escrevia ao Partido Democrático pedindo providências junto aos poderes competentes para que se pusesse cobro às violências e ao suborno por parte do Partido Republicano Paulista e solicitava uma caravana democrática para falar ao povo num domingo — único dia de folga — “a este povo que na maioria não lê, e ouve as balelas dos politiqueros profissionais” (39). Ainda um missivista aludia às dificuldades de crescimento do Partido Democrático pois vivia-se “num meio de mentalidade fraca” (40). O democrático de Piedade salientava que “o nosso eleitorado é composto de homens da roça e que não entende da engrenagem política” (41). De Santo Amaro, um membro do Diretório criticava a situação política geral, e se referia à “indolência do meio” (42) que dificultava o crescimento do Partido Democrático; afirmava numa outra carta, com relação aos demais membros do diretório, que “eles têm bastante é egoísmo, desejo de se mostrar e medo, muito medo de nada ganhar, de sofrer algum prejuízo, alguma represália e falta de coragem, imensa falta de coragem para enfrentar os adversários políticos. Mas, sobretudo, falta-lhes uma nítida compreensão da grande necessidade para a nação de transformar os métodos políticos em vigor” (43).

Uma carta de um padre de Marília, tendo como tema principal uma desavença com um político local, faz observação preciosa sobre a atitude do Partido Democrático com relação ao “povo”. Declarava ele que discor-

(38) — Carta de Piedade de 16/08/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

(39) — Carta de Redenção de 23/12/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

(40) — Carta de Marília de 29/01/1931. A.I.H.G.S.P., pacote 42 do A.P.D.

(41) — Carta de Piedade de 20/02/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D. Outro cidadão de Piedade declarava que os líderes do Partido Republicano Paulista da localidade “implantaram o costume de nos dias de eleição ir buscar e levar os eleitores para votar, além da compra de votos que praticam abertamente; para os homens do P.R.P. tudo é fácil, gastam o dinheiro público, que é a nossa contribuição. Este precedente de conduzir eleitores é verdadeiramente desastroso para nós oposicionistas, pois há muitos deles que vem votar somente pelo simples prazer de vir e voltar de automóvel e afinal pintar o sete no viveiro...” (viveiro era o lugar em que ficavam aqueles que vinham da fazenda votar). Note-se a perspectiva do missivista com relação ao “povo”, no seu despreparo e ingenuidade, mas também na lamentação de que o automóvel era “perrepista” e não “democrático”. Carta de Piedade de 16/08/29. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

(42) — Carta de Santo Amaro de 03/12/1928. A.I.H.G.S.P., pacot e38 do A.P.D.

(43) — Carta de Santo Amaro de 08/08/1929. A.I.H.G.S.P., pacote 39 do A.P.D.

dava da orientação do chefe local do Partido Democrático pois acreditava que “o bom político não pode nem deve prescindir do povo, principalmente numa política democrática e liberal. . . Mas o povo se leva com um fio de linha. A questão é de jeito e manha! O povo é a eterna criança!” Continuava dizendo que o “Dr. Carlos” seria o único capaz de liderar a política em Marília, mas que primeiro ele teria que “conquistar a confiança do povo” (44). Ainda que sua visão seja paternalista, o sacerdote mostrou a desvinculação do líder democrático com o “povo” em geral.

Um congressista do interior, no II Congresso do Partido Democrático (maio de 1927), ao defender a idéia de que o partido não devia participar das eleições para a presidência do Estado, discorria sobre o “atraso do eleitor do interior” indicando as dificuldades da luta para a obtenção de votos. Para justificar essa situação de “atraso” aludia à História do Brasil como explicação para a passividade do “povo”: “. . . não sou culpado da inexistência de lutas na formação dos costumes políticos brasileiros. . .”. Mais adiante afirmava o congressista: “Os srs. falam na cultura do Brasil, falam no grau de civilização e no adiantamento da razão do eleitor brasileiro, mas se esquecem de que ele não é ainda bastante elevado para que ele compreenda que os *ideais* do Partido Democrático estão acima dos *interesses políticos*. Perante o atraso do eleitorado do interior, esses ideais ainda não conseguem sobrepor aos interesses da política” (45).

Este discurso, além de identificar uma diferença entre a Capital e o interior, apresentava uma oposição entre *interesses políticos* e *ideais democráticos*. Portanto, aí a política se igualava ao que havia de mais “atrasado” no país; a política era praticada pelos inimigos, pelos perrepostas. Os democráticos, que estavam do lado da razão, da cultura e da civilização, propugnavam por *ideais*. Mas como despertar esse “povo” e fazer com que ele compreendesse os “ideais” democráticos? Era o mesmo congressista que respondia, indicando que havia duas correntes no partido: “Trata-se de uma questão de método. Uns querem o método da intervenção para educar o eleitor, outros querem formar a consciência cívica paulatinamente; querem reafirmar a consciência cívica e esta deve nascer desde a escola”.

A pendência no caso restringia-se a uma divergência de opiniões entre participar das eleições — que o democrático chamava de intervenção — e abster-se do pleito. As duas vertentes estariam embaçadas, ainda segundo ele, nessas duas visões de como “educar” o “povo”. De toda forma, a posição por ele advogada — da não participação nas eleições — se estribava, na verdade, no despreparo político do “povo” para determinadas

(44) — Carta de Marília de 13/10/1928. A.I.H.G.S.P., pacote 38 do A.P.D.

(45) — Ata do II Congresso de 06/05/1927. A.I.H.G.S.P., Livro de atas n.º 6 do A.P.D.

ações e na crença da missão pedagógica dos membros do Partido Democrático (46).

Em suma, o discurso liberal do Partido Democrático invoca o “povo” como legitimador de sua ação; no entanto, sua prática política estava sempre distanciada do “povo”, que entrava na cena política não como sujeito, mas como objeto manipulado pelos interesses dos demais grupos. A história brasileira dá seu testemunho de que nos momentos cruciais, quando se busca alguma reforma ou se luta pelo poder, o “povo” é invocado como o único capaz de legitimar a ação política. No entanto, as classes populares são afastadas de uma participação política efetiva e de decisões importantes, por aqueles que invocam seu despreparo e sua imaturidade política. A incongruência do discurso liberal aí desponta no movimento contraditório de chamamento à participação e, ao mesmo tempo, de sua recusa.

(46) — Esta posição parece ter sido uma constante no pensamento e ação políticos brasileiros; este argumento foi muitas vezes utilizado de forma conservadora para justificar os processos não democráticos. As fórmulas “o povo não está preparado”, “o povo não está amadurecido” são bastante conhecidas. Grupos do Partido Democrático não deixaram também de utilizá-las para alcançarem seus objetivos.